

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

Leonise Verzoni Gonzalez

COMPETÊNCIAS INFORMACIONAIS E EDUCAÇÃO DE USUÁRIOS: um estudo com alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAp/UFRGS)

Porto Alegre
2009

Leonise Verzoni Gonzalez

COMPETÊNCIAS INFORMACIONAIS E EDUCAÇÃO DE USUÁRIOS: um estudo com alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAp/UFRGS)

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Professor Dr. Valdir José Morigi

Porto Alegre
2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Carlos Alexandre Netto

Vice Reitor: Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretor: Ricardo Schneiders da Silva

Vice-diretora: Regina Helena Van der Lann

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Ana Maria Moura

Chefe-substituta: Helen Rozados

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Coordenadora: Glória Ferreira

Vice-coordenadora: Samile Vanz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G643c Gonzalez, Leonise Verzoni

Competências Informacionais e educação de Usuários: um estudo com alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Cap/UFRGS) / Leonise Verzoni Gonzalez; orientador Valdir Jose Morigi. – Porto Alegre, 2009. – Monografia (Graduação em Biblioteconomia). Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

64 f.

Trabalho de conclusão de curso – UFRGS, FABICO, 2009.

1. Competência Informacional. 2. Cidadania. 3. Biblioteca Escolar. 4. Educação de Jovens e Adultos. I. Morigi, Valdir José
II. Título

CDU 025.5

Departamento de Ciências da Informação

Rua Ramiro Barcelos, 2705

Porto Alegre/RS

CEP: 90035-007

Fone/Fax: (51) 3308-5067/3308-5435

E-mail: fabico@ufrgs.br

Leonise Verzoni Gonzalez

COMPETÊNCIAS INFORMACIONAIS E EDUCAÇÃO DE USUÁRIOS: um estudo com alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAp/UFRGS)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Conceito final:

Aprovado em de de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Doutoranda Maria do Rocio Teixeira – UFRGS

Prof^a Dr^a Lizandra Brasil Estabel – UFRGS

Orientador – Prof. Dr. Valdir Jose Morigi – UFRGS

Para meu filho Giovanni, estrela maior da minha vida, por me proporcionar sentir o que sinto por ti...

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul por tornar possível a realização deste sonho.

Ao Prof. Dr. Valdir Morigi, pelo privilégio de sua orientação, pela atenção e disponibilidade.

Aos meus queridos pais, por terem me dado o dom da vida.

Ao meu amado filho pela compreensão.

Ao meu irmão, pelos anos em que rimos, choramos, brincamos, jogamos e brigamos juntos, que infelizmente partiu antes de eu chegar ao final desta trajetória.

Às professoras Maria do Rocio e Lizandra Estabel por aceitarem prontamente o convite para fazer parte da minha banca examinadora, participando deste momento tão importante da minha caminhada.

A todas as professoras que participaram e acrescentaram na minha formação no decorrer do curso e que representaram motivação para minha atuação profissional.

À CPRM e aos seus profissionais que proporcionaram a oportunidade da experiência prática, em especial à bibliotecária Ana Lúcia Coelho.

A todos meus colegas e amigas, em especial as bibliotecárias, Luciana Scoto e Giovana Carneiro pelo “pontapé” inicial.

A todos que de alguma forma contribuíram para essa realização pessoal tão importante.

“Nossas dúvidas são traidoras e nos fazem perder o que, com freqüência, poderíamos ganhar, por simples medo de arriscar”.

William Shakespeare

RESUMO

Este estudo apresenta o resultado de uma pesquisa realizada na Biblioteca Graciema Pacheco, com alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Verifica as necessidades ou demandas de informação dos usuários a fim de identificar as competências informacionais dos discentes da EJA que utilizam a Biblioteca. Apresenta a importância da biblioteca escolar como espaço de socialização e a necessidade de sua participação de forma ativa e permanente do processo educacional e da construção da cidadania. Destaca a Educação de Jovens e Adultos como meio de preparar os indivíduos para as complexas condições de trabalho oferecidas pela Sociedade da Informação cada vez mais exigente. Analisa a atuação do bibliotecário como mediador neste processo de construção do conhecimento, resgate da auto-estima e autonomia cidadã do indivíduo que não pode completar seus estudos na idade regulamentar. Trata da formalização legal da escolarização, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento pessoal e crítico do ser humano. Caracteriza competência informacional com elemento essencial ao acesso consciente à informação, fundamental para construção da cidadania. A partir dos resultados deste estudo, propõe alteração do programa pedagógico dos alunos da EJA, com a introdução de uma nova disciplina no currículo que possibilite o desenvolvimento de habilidades em relação à localização e interpretação da informação de forma autônoma e independente. Menciona a educação informacional e o desenvolvimento de competências informacionais como forma de combate a todas as formas de analfabetismo que ainda perduram na sociedade e impedem o desenvolvimento econômico - social de nosso país.

Palavras-chave: Competência Informacional. Cidadania. Educação de Jovens e Adultos.

ABSTRACT

This study reports the results of a survey conducted in the Library Graciema Pacheco, with students of Youth and Adults (EJA) at the Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. It verifies the demands for information from users to identify the information literacy of the EJA learners using the Library. It shows the importance of the school library as a social environment and its role in an active and ongoing educational process and the construction of citizenship. It stresses the Youth and Adults education as a means of preparing individuals for the complex working conditions offered by the information society increasingly demanding. It also analyzes the role of the librarian as mediator in this process of knowledge construction, recovery of self-esteem and autonomy of the individual citizen who failed to complete his studies at the regular age. It deals with the legal formalization of schooling, access to knowledge and personal development. It characterizes the information literacy as an essential element to lead to a conscious access to information, which is fundamental to build the citizenship. As a result, it proposes an amendment to the educational program of EJA, with the introduction of a new subject in the curriculum enabling the development of skills in relation to the location and interpretation of information in an autonomous and independent way. Finally it highlights the informational education and the development of information competencies as a way of combating all forms of illiteracy still existing in society which are preventing the economic and social development of our country.

Key-words: Information Literacy. Citizenship. Youth and Adults education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Características da Competência	32
Figura 2 - Relações entre informação, educação e cidadania	42
Figura 3 - Quick Vote, pesquisa CNN	43
Figura 4 - Resultado da pesquisa CNN	44
Tabela 1 - Pergunta e respostas: plano de ação de formação	49

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Contexto do Estudo	12
1.1.1 <i>Histórico do Colégio de Aplicação</i>	13
1.1.2 <i>Histórico da Biblioteca Professora Graciema Pacheco</i>	15
1.1.2.1 CARACTERIZAÇÃO DO ACERVO	15
1.1.2.2 SERVIÇOS OFERECIDOS	16
1.2 Definição do Problema	16
1.3 Objetivos	16
1.3.1 <i>Objetivo Geral</i>	17
1.3.2 <i>Objetivos Específicos</i>	17
2 METODOLOGIA	18
2.1 Tipo de Estudo	18
2.2 Sujeitos do Estudo	19
2.3 Instrumento de Coleta de Dados	19
2.4 Procedimentos de Coleta de Dados	20
2.5 Tratamento e Análise dos Dados	20
2.6 A Questão Ética na Metodologia	20
3 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA	21
3.1 Biblioteca Escolar: espaço de sociabilidade	21
3.2 Educação de Jovens e Adultos (EJA): o resgate da cidadania	24
3.3 Competência Informacional + Autonomia = Emancipação	30
3.4 Cidadania e Acessibilidade: uma relação necessária	36
3.5 Formação, Informação e Acesso: aquisição de competência para uma cidadania competente	45
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	54
ANEXO 1 - Organograma do Colégio de Aplicação da UFRGS	59
ANEXO 2 - Decreto Nº 5.840, de 13 de julho de 2006	60
APÊNDICE 1 – Entrevista realizada com os alunos	63

1 INTRODUÇÃO

O indivíduo ao decidir pelo ingresso ou regresso à escola na idade adulta, procura satisfazer uma carência individual percebida a nível social. Em determinado momento no curso de sua história, sente a necessidade da integração como sujeito participante ativo na sua comunidade ou da melhoria em sua condição social por estímulo da vida profissional. Ao retornar à escola, busca subsídios para viver dignamente na sociedade do século XXI, a atual Sociedade da Informação, pois acredita que a escola irá lhe proporcionar a chance de crescimento e oportunidade de capacitação profissional, melhorando suas condições de vida e revelando sua identidade muitas vezes sonhada ou esquecida.

O indivíduo busca, no ambiente escolar, a satisfação de uma necessidade de caráter íntimo, de resgate da sua auto-estima e da consciência de cidadão. Com a aquisição de sua autoconfiança, ele vai modificando sua visão de mundo e aos poucos sente que, através da consciência crítica, começa a adquirir capacidade para transformar a realidade na qual está inserido. Ao mesmo tempo em que desenvolve sua autonomia cidadã e seu senso crítico, torna-se um indivíduo hábil e competente. Desta maneira, vai interferindo no meio em que ele atua profissional e pessoalmente, e a escola, portanto, passa a ser a chave para seu progresso profissional, financeiro e pessoal.

É neste contexto que se faz essencial a atuação do profissional bibliotecário, agente responsável pelo incentivo de seus usuários e facilitador do acesso à informação, no cumprimento de seu papel social e pedagógico, como elemento determinante no desenvolvimento das competências informacionais necessárias ao ser humano para que se tornem cidadãos plenos na sociedade atual.

Apesar dessa enorme quantidade de informação que temos disponível atualmente, nos vários suportes, ainda não se tem conhecimento, tanto ao nível de educação infantil, ensino fundamental e médio ou mesmo na Educação de Jovens e Adultos (EJA), de um programa de capacitação informacional incluído no currículo, fator que contribui para que os alunos,

especialmente da EJA, foco principal deste estudo, se mantenham aquém de suas capacidades e possibilidades de conhecimento.

A escolha da Biblioteca Graciema Pacheco do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para esta pesquisa, se deu em função da implantação do Programa Nacional de Integração da Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) nesta escola de nível federal na cidade de Porto Alegre/RS.

Tratando-se de um novo projeto no ambiente da escola, julgou-se relevante conhecer os hábitos, as características, a capacidade, a eficiência e o conhecimento na busca da informação, além de identificar as necessidades de informação e demandas deste grupo.

Em um sistema de informação, é necessário que o bibliotecário tenha consciência da finalidade de sua profissão, principalmente no que tange aos serviços oferecidos aos usuários, pois a partir do conhecimento das necessidades de seus usuários e da tradução em demandas é que os serviços serão adaptados para melhor atendimento.

É imprescindível, portanto, avaliar se a biblioteca como um espaço coletivo de construção, possui os recursos adequados e cumpre com sua função educativa para atendimento eficiente deste novo grupo de usuários, desempenhando seu papel de responsabilidade junto ao cidadão, garantindo o exercício de sua criatividade e seu crescimento constante, base necessária para a construção da cidadania.

1.1 Contexto do Estudo

O contexto pretende situar o ambiente em que o estudo foi realizado. O espaço escolhido para a elaboração desta monografia, o problema levantado e os objetivos os quais se desejava alcançar são apresentados nas próximas seções.

1.1.1 Histórico do Colégio de Aplicação

A inserção do Colégio de Aplicação (CAp/UFRGS) no contexto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) se deu nos termos do Decreto-lei nº 9.053, de 12 de março de 1946 e do Artigo 107 dos Estatutos da UFRGS. Idealizado pela Professora Graciema Pacheco, foi criado como escola-laboratório a fim de servir à prática docente de estagiários dos cursos de Licenciatura da UFRGS e de constituir campo de investigação pedagógica para a Faculdade de Filosofia desta Universidade. Seu patrono, o Professor Luiz Pilla, ao assumir a direção da Faculdade de Filosofia, incluiu em seu plano de atividades a instalação do CAp/UFRGS e, através do grupo de discentes da então Cátedra de Didática Geral e Especial, do currículo de Licenciatura da Faculdade de Filosofia, o Colégio foi criado no dia 14 de abril de 1954, tendo como fundadora a Professora Graciema Pacheco, que foi diretora do CAp/UFRGS de 14/04/1954 a 17/02/1981.

O plano de ação estabelecido para o CAp/UFRGS teve seu desenvolvimento direcionado para a criatividade, com incentivo às diferenças individuais e na idéia do ser humano como elemento integrante da sua comunidade. A primeira turma, em 1954, foi uma 1ª série do curso ginásial, constituída por 30 candidatos excedentes do Instituto de Educação General Flores da Cunha e do Colégio Estadual Julio de Castilhos (PACHECO, 1987).

De 1954 a 1955, o CAp/UFRGS ocupou duas salas nas dependências do prédio da antiga Faculdade de Filosofia no Campus Central; no início do ano de 1960, foi instalado em dois pavilhões de madeira, construídos mediante um acordo feito entre a Universidade e a Prefeitura Municipal, montados entre a Faculdade de Arquitetura e o curtume - atual museu da UFRGS - (SCHÜTZ, 1994). No ano de 1964, o CAp/UFRGS passou a ocupar cinco andares do atual prédio da Faculdade de Educação (FACED), no Campus Central e em 1996, o Colégio foi transferido para o Campus do Vale onde passou a funcionar em um prédio novo a ele destinado.

Atualmente, o Colégio constitui-se em um centro de investigação educacional, onde trabalham 90 professores e 26 técnicos administrativos. Todos os professores fazem parte de um dos departamentos de ensino do

CAP/UFRGS que, como órgãos técnico-científicos e pedagógicos, reúnem os respectivos professores para estudos, planejamentos, pesquisas, extensão, coordenação de atividades relacionadas com o trabalho de classe e dinâmica da vida escolar. São departamentos de ensino no CAP/UFRGS:

- a) Ciências Exatas e da Natureza;
- b) Comunicação;
- c) Expressão e Movimento;
- d) Humanidades.

Todos os técnicos administrativos estão lotados em um setor administrativo, onde executam suas atividades profissionais. São Setores administrativos no CAP/UFRGS:

- a) Biblioteca;
- b) Laboratório de Bioquímica;
- c) Núcleo de Apoio ao Ensino – NAE;
- d) NSI - Núcleo Setorial de Informática;
- e) Reprografia;
- f) Secretaria;
- g) Secretaria da Direção;
- h) Setor de Apoio Escolar – SAE;
- i) Setor de Compras, Finanças e Almoxarifado;
- j) Zeladoria.

É importante destacar o compromisso do Colégio de Aplicação com a produção de conhecimento relacionada à educação básica. Direcionando a questão educacional para uma perspectiva social, interage com diferentes realidades. Desta forma, mantém vínculo e troca de experiências com as unidades desta e de outras Universidades, com a comunidade em geral e com as escolas dos sistemas municipal, estadual e privado.

1.1.2 Histórico da Biblioteca Professora Graciema Pacheco

A data de criação da Biblioteca Professora Graciema Pacheco (BibApl) do Colégio de Aplicação coincide com data de criação do Colégio em 14 de abril de 1954. O acervo formou-se a partir do descarte das Bibliotecas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Em 1964, quando o CAp/UFRGS instalou-se no prédio da FACED, a Biblioteca ocupou a sala 401, um ambiente amplo, com boa iluminação natural, com o acervo basicamente de livros, já em crescimento e com livre acesso aos usuários. Seu nome foi uma homenagem à fundadora e primeira diretora do Colégio de Aplicação em abril de 1989 (DANNOS, 1994).

Composta por um acervo multidisciplinar, a BibApl é integrante do Sistema de Bibliotecas da UFRGS (SBU) e disponibiliza seus serviços aos usuários alunos do Colégio, pais, professores, funcionários, alunos de graduação e pós-graduação da UFRGS e também à comunidade local, inclusive para outras escolas localizadas em seu entorno (informação verbal)¹. Situada no mesmo nível organizacional² dos Departamentos Educacionais, a BibApl participa ativamente no processo ensino-aprendizagem dos ensinos fundamental e médio, assim como na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

1.1.2.1 CARACTERIZAÇÃO DO ACERVO

- a) Assuntos predominantes: ensino fundamental e médio (livros didáticos de todas as áreas do conhecimento) literatura infantil e juvenil, literatura brasileira, História do Rio Grande do Sul;

- b) Principais obras de referência: enciclopédias, dicionários especializados, almanaques, atlas geográficos e históricos;

¹ Informação verbal fornecida por Sandra Kischeloski, funcionária da Biblioteca do Colégio de Aplicação.

² Anexo 1

- c) Tipo de material: livros, periódicos, folhetos, mapas, teses/dissertações, filmes, fotografias, CDs.

1.1.2.2 SERVIÇOS OFERECIDOS

- a) Atendimento de referência;
- b) Consulta local aberta ao público em geral;
- c) Consulta on-line (catálogo automatizado SABI)
- d) Empréstimo domiciliar e empréstimo para sala de aula;
- e) Exposições temáticas do acervo;
- f) Levantamentos bibliográficos;
- g) Mural de eventos;
- h) Reserva de material bibliográfico.

1.2 Definição do Problema

O presente estudo se propôs a elucidar a seguinte questão: de que forma a educação de usuários pode auxiliar os alunos da EJA na construção da cidadania?

1.3 Objetivos:

Pretendeu-se com esta pesquisa buscar os seguintes objetivos:

1.3.1 Objetivo Geral

Investigar o papel da educação de usuários na formação das competências informacionais, junto aos alunos da EJA, que utilizam a Biblioteca Professora Graciema Pacheco do Colégio de Aplicação da UFRGS, auxiliando-os na construção e no exercício da cidadania.

1.3.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos deste trabalho de pesquisa foram:

- a) identificar quais as necessidades ou demandas de informação dos discentes da EJA usuários da biblioteca;
- b) identificar o perfil dos alunos da EJA que utilizam a biblioteca Professora Graciema Pacheco;
- c) caracterizar as competências informacionais necessárias para o exercício da cidadania;
- d) verificar quais as competências informacionais dos usuários que participam do EJA.

2 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos que foram adotados para o desenvolvimento deste trabalho foram os seguintes:

2.1 Tipo de Estudo

Configurou-se em uma pesquisa social descritiva com abordagem qualitativa que utilizou a estratégia de estudo de caso, apresentando como objeto de estudo a competência informacional relacionada aos alunos do EJA e à formação da cidadania. Em se tratando de uma pesquisa de natureza social e cultural, portanto complexa, a escolha desta metodologia foi feita em função do tipo de problema a ser estudado. Gil (1999, p.44) diz que “As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis”.

Por interpretar as realidades sociais, o estudo qualitativo é desenvolvido, conforme Lüdke e André (1986, p.18) “[. . .] numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada.” o que pareceu bastante adequado a essa pesquisa que apresenta, como personagens principais, os alunos da EJA.

Sob outro aspecto, o método do estudo de caso tem preferência quando as questões colocadas são do tipo “como” e “por que” e o problema está focalizado em uma situação contemporânea inserida em um contexto da realidade (YIN, 2005). Gil (1999, p.72), caracteriza o estudo de caso como sendo o “[. . .] estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado [. . .]”.

Os estudos de caso apresentam ainda, de acordo com Lüdke e André (1986) algumas características fundamentais que motivaram sua escolha, entre elas: os estudos de caso visam à descoberta, revelam

experiência vicária e permitem generalizações, buscam retratar a realidade de forma completa, procuram representar os diferentes e muitas vezes conflitantes pontos de vista de uma situação social.

2.2 Sujeitos do Estudo

Os sujeitos deste estudo foram seis alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, selecionados aleatoriamente entre o total de alunos (167 estudantes) do 2º semestre de 2009. Os 167 alunos da EJA no 2º semestre de 2009 foram distribuídos em 7 turmas: alfabetização(02), EF1³(04), EF2(14), EF3(27), EM1⁴ (35), EM2(38) e EM3 (47).

2.3 Instrumento de Coleta de Dados

O levantamento das informações necessárias ao estudo foi realizado por meio de entrevista individual com os alunos escolhidos. Gaskell (2008, p.65) afirma que “a compreensão dos mundos da vida dos entrevistados e de grupos sociais especificados é a condição *sine qua non* da entrevista qualitativa”. As questões foram formuladas de forma que a entrevista se desenvolveu no sentido da compreensão das atitudes e motivações destes sujeitos e de seus comportamentos, dentro deste contexto social, e também de forma a atender aos objetivos específicos propostos neste estudo.

A entrevista proposta foi do tipo semi-estruturada, ou seja, “[. . .] que se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações.” (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.34)

³ EF = Ensino Fundamental

⁴ EM= Ensino Médio

A entrevista estabeleceu uma relação de interação entre o entrevistador e o entrevistado facilitando assim, o esclarecimento imediato de dúvidas tanto por parte do entrevistado como do entrevistador.

2.4 Procedimentos de Coleta de Dados

A coleta dos dados foi realizada no mês de outubro de 2009, na BibApl por meio do instrumento de coleta de dados. O critério utilizado foi a escolha de um (1) aluno por dia, em dias alternados da semana, que entraram na biblioteca e que se dispuserem a colaborar com a pesquisa.

2.5 Tratamento e Análise dos Dados

Os resultados obtidos através das entrevistas foram analisados, interpretados e relacionados ao referencial teórico.

2.6 A Questão Ética na Metodologia

Foi informada, no início da entrevista, a garantia do anonimato nas respostas fornecidas pelos entrevistados. Desta forma, utilizou-se nomes fictícios com o objetivo da não identificação pessoal dos mesmos. As entrevistas também foram realizadas, de forma particular e individual, em espaço da biblioteca reservado para este fim.

Estes cuidados éticos foram respeitados de maneira a garantir que os entrevistados, alunos da EJA, em nenhum momento pudessem se sentir humilhados ou envergonhados de sua situação particular, buscando também evitar algum tipo de ruído nas informações fornecidas.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

O referencial teórico baseou-se em pesquisas sobre Educação de Jovens e Adultos (EJA), biblioteca escolar, competência informacional e cidadania.

3.1 Biblioteca Escolar: espaço de sociabilidade

Transpondo todas as conjecturas negativas a respeito da biblioteca escolar, arriscamos uma breve reflexão acerca deste ambiente tradicional, conservador da memória humana. Quando se pensa em biblioteca escolar, imagina-se o encantamento, a alegria e a magia que ela encerra. Seu público curioso e ativo enfeita e preenche os espaços como em nenhum outro tipo de biblioteca. Se durante o dia a biblioteca escolar se justifica pela presença do público infantil, à noite, atende as “crianças” da EJA, um outro tipo de público da mesma forma curioso, porém mais reservado, ativo na busca pelo conhecimento, mas menos ansioso, que vai à biblioteca na esperança de resgatar algo que ficou para trás. Tal qual crianças, esses indivíduos tem a sensação de pertencimento àquele ambiente, interagem e participam utilizando a biblioteca escolar como meio para alcançarem seus objetivos. “*A biblioteca para mim também é um lugar de interação com os colegas*” diz a aluna Ana da EJA. “*É um espaço para discutirmos os trabalhos*” respondeu o outro aluno.

Além de representar um espaço de recreação e lazer, a biblioteca escolar constitui-se em um ambiente de socialização cultural e política. “[. . .] um lugar que transcende o espaço físico [. . .] democrático, da pluralidade de idéias e o lugar do debate” (MORIGI, VANZ E GALDINO, 2002, p.145). É um espaço de comunicação, recurso importante para o desenvolvimento do processo educativo. Instituição responsável pela formação e crescimento constante do indivíduo, mais do que organizar e preservar a informação, a biblioteca escolar contribui para o desenvolvimento da consciência crítica, promovendo um desenvolvimento global do ser humano em parceria com a

escola. A obra *Modelo Flexível para um Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares* (1985, p. 22), define biblioteca escolar como sendo:

[. . .] uma instituição do sistema social que organiza materiais bibliográficos, audiovisuais e outros meios e os coloca à disposição de uma comunidade educacional. Constitui parte integral do sistema educativo e participa de seus objetivos, metas e fins. A biblioteca escolar é um instrumento de desenvolvimento do currículo e permite o fomento da leitura e a formação de uma atitude científica; constitui um elemento que forma o indivíduo para a aprendizagem permanente; estimula a criatividade, a comunicação, facilita a recreação [. . .]

Oferecer informação de suporte ao programa pedagógico da escola, facilitar e incentivar a busca da informação nas várias fontes, planejar com o professor a seleção da bibliografia a ser indicada aos alunos são outras ações educativas da biblioteca escolar. Assim como o laboratório de Matemática, de Informática ou de Ciências, a biblioteca escolar deveria ser considerada o “laboratório da Informação” como setor pertencente ao apoio pedagógico da escola.

A biblioteca deve incentivar os aprimoramentos culturais dos alunos de maneira a tornar-se também um espaço de produção cultural que promova a nossa cultura e desperte o gosto e o hábito pela leitura. Segundo Silva, E. (1985, p.141), ao se referir à biblioteca escolar afirma que esta é um espaço “[. . .] construído através do ‘fazer’ coletivo [. . .]” e tem como função “[. . .] a transmissão da herança cultural às novas gerações de modo que elas tenham condições de reapropriar-se do passado, enfrentar os desafios do presente e projetar-se no futuro.”

A biblioteca escolar, base para construção da cidadania, “[. . .] pode constituir-se em um espaço adequado para desenvolver nos alunos o melhor entendimento do complexo ambiente informacional da sociedade contemporânea.” (CAMPELLO, 2002, p.7) e tem ainda, como exemplos de outras ações, veicular a informação, facilitar e incentivar seu acesso nos diferentes suportes e proporcionar um espaço ideal para o desenvolvimento do

senso crítico, de respeito à difusão das idéias e da socialização. À semelhança da biblioteca pública de Giraldo (2008, p.3), a biblioteca escolar:

[. . .] también es una institución corresponsable del proceso de formación de las personas a lo largo de la vida no solo porque satisface necesidades de información, sino porque ofrece alternativas para la autoeducación y la educación dirigida al fortalecimiento de las capacidades sociales, culturales, políticas y económicas [. . .]

De acordo com o manifesto indicado pela IFLA, a Associação Internacional de bibliotecas, juntamente com a UNESCO, para que ocorra o desenvolvimento das competências informacionais, no processo de educação, é essencial que a biblioteca cumpra os seguintes objetivos:

- a) apoiar e promover os objetivos educacionais definidos na missão e de acordo com o currículo da escola;
- b) desenvolver e manter nas crianças o hábito e o prazer da leitura, da aprendizagem e da utilização das bibliotecas ao longo da vida;
- c) oferecer oportunidades de utilização, produção e uso da informação voltadas para a aquisição do conhecimento, à compreensão, ao desenvolvimento da imaginação e ao lazer;
- d) apoiar os alunos na aprendizagem e na prática de habilidades para avaliação e utilização da informação, independentemente da natureza e do suporte, incluindo a sensibilidade para o uso adequado das formas de comunicação com a sua comunidade;
- e) prover acesso aos recursos locais, regionais, nacionais e globais e às oportunidades que exponham os alunos às idéias, experiências e opiniões diversificadas;
- f) organizar atividades que incentivem a consciência e a sensibilização para as questões de ordem cultural e social;
- g) organizar atividades que incentivem a consciência e a sensibilização para as questões de ordem cultural e social;

- h) trabalhar em conjunto com alunos, professores, administradores e pais de modo a cumprir a missão e objetivos da escola;
- i) defender a idéia de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são essenciais à construção de uma cidadania plena e responsável e ao exercício da democracia;
- j) promover a leitura, disponibilizar os recursos e serviços da biblioteca escolar à comunidade escolar e fora dela.

Para Quinhões (1999, p. 178):

A biblioteca escolar deveria tornar-se “o coração da escola”, um centro dinâmico que, atuando em consonância com a sala de aula participaria em todos os níveis e momentos do processo de desenvolvimento curricular, composto de um acervo de material de ensino e de leitura diversificado, organizado, acessível a alunos e professores e adaptado as aspirações do momento. Desempenharia na escola, mais ou menos o papel da Biblioteca Pública na comunidade.

O ideal da biblioteca escolar é, portanto, participar de forma ativa e permanente do processo educacional e de construção da cidadania, onde o bibliotecário e professores trabalham juntos na formação intelectual dos alunos; é também promover o acesso à informação de forma autônoma de maneira a formar indivíduos críticos, criativos e plenos para que, nas palavras de Galdino (2008, p.6), “consolidem sua voz e sua presença na arena pública”.

3.2 Educação de Jovens e Adultos (EJA): o resgate da cidadania

Base fundamental para a formação do ser humano ou do cidadão, a educação é direito social garantido aos indivíduos em idade escolar e pressupõe o desenvolvimento integral do ser humano, ou seja, a formação de sua capacidade física, intelectual e moral. Consiste em um processo de interação entre seres sociais onde ocorre a transmissão de conhecimentos de

um agente ao educando e vice-versa, e conseqüentemente, a modificação de um estado a outro, visando a formação de habilidades, do caráter moral e da personalidade social do indivíduo. As pessoas em geral, diferem entre si, possuem características próprias de saber, pensar e agir, fato que determina variações no processo educacional e nos resultados individuais tanto no processo formal como no informal.

A educação está garantida para todos, como direito social fundamental, no artigo 6º da Constituição Brasileira de 1988⁵. Cita-se também, o art. 205 desta Constituição que garante, através do ensino gratuito, o pleno desenvolvimento do indivíduo, o preparo deste para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho afirmando que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição Federal, 1988, art. 205)

O objetivo da Carta Magna ao estabelecer a educação obrigatória no período da infância, segundo Targino (1991, p.155), é formar o adulto pleno, ou seja, não se trata de garantir os direitos da criança de freqüentar a escola, “[. . .] mas do direito do cidadão de ter sido educado e informado” e transformado em indivíduo capaz de participar democraticamente das decisões da sociedade. Trata-se, portanto, de uma educação calcada no respeito, ao mesmo tempo libertadora que desenvolve a consciência crítica e incentiva a reflexão, a discussão e o debate. A autora ressalta também que “[. . .] o termo educação não se restringe ao preparo do indivíduo para o previsto, o que estaria mais próximo do adestramento. Prepara-o para o imprevisto, profetiza e projeta.”

A educação precisa ser compreendida como parte de um contexto histórico e social, como um instrumento para entendimento, reflexão e crítica

⁵ Art. 6º (CF:1988) - São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição

dos valores herdados e dos novos que estão sendo propostos, não é, portanto, um processo fechado, acabado e definitivo. Deve contribuir “[. . .] para o enraizamento de cada sujeito em sua história e sua cultura, demonstrando que elas (história e cultura) possuem vínculos com a história da humanidade e do próprio mundo.” (MORIGI, VANZ E GALDINO, 2002, p.140).

O processo educacional não pode separar teoria e prática, informação e vida, cultura e trabalho, competências e saberes. “Há um novo sentido de educação visto como processo de motivar e seduzir para o desejo contínuo de aprender.” (BARRETO, 2005, p.170). A educação deve ter sempre um sentido lúdico, independentemente da idade do educando. Por ser o homem um ser livre e inacabado, são necessidades básicas que lhe dão prazer, como querer conhecer, saber, pesquisar, criar: “*Informática é como dirigir de tanta vontade que dá em aprender!*” afirma a aluna orgulhosa ao contar que: “*Aprendi a pesquisar no computador!*”

Contudo, tanto no Brasil, como nas sociedades em geral, é praticamente impossível ensaiar algum conceito tanto de educação como de cidadania, sem remeter às desigualdades sociais imbricadas nestes temas. Em se tratando do desenvolvimento do ser humano, alguns indivíduos não tiveram a oportunidade de frequentar a escola na idade regular, ficando excluídos das ações sociais. Na maioria dos relatos obtidos através desta pesquisa, as pessoas comentam que não concluíram seus estudos porque precisaram optar por trabalhar, então abandonaram a escola pela necessidade de somar à renda familiar. Este é o perfil dos alunos da EJA do Cap/UFRGS: com idade entre a 31 anos e 50 anos, parecem ter combinado a resposta quando questionados do motivo de não haver concluído seus estudos na idade regulamentar: “*não concluí porque tive que trabalhar para ajudar em casa*”.

Geralmente, ao pensar em Educação de Jovens e Adultos (EJA), costuma-se relacioná-la aos sujeitos marginais do sistema: excluídos social, econômica, política e culturalmente da nossa sociedade. Por outro lado, pensa-se também nas histórias de persistência, superação e luta do ser humano como negação à miséria e resistência às desigualdades sociais em um esforço para melhoria de vida. Haadad (1992, p.3) ao se referir à EJA, afirma que esta:

[. . .] se constituiu muito mais como produto da miséria social do que do desenvolvimento. É consequência dos males do sistema público regular de ensino e das precárias condições de vida da maioria da população, que acabam por condicionar o aproveitamento da escolaridade na época apropriada.

Todo indivíduo, membro da sociedade em que vive, é merecedor de uma vida com condições mínimas de sobrevivência e possuidor de direitos e deveres sociais. Como um ser naturalmente livre, por si só, “[. . .] o homem é um ser insatisfeito, aberto, não completo, que aspira sempre melhores condições de existência. Diante disso, o homem não aceita conscientemente condições subumanas de vida.” (ARAÚJO, 1992, p.42). A principal condição para a existência dessa dignidade é a educação, a formação da consciência crítica e a aquisição do conhecimento.

Muitas campanhas de combate ao analfabetismo foram desenvolvidas no decorrer de nossa história política. A pioneira foi a catequização dos índios quando o Brasil ainda era colônia de Portugal. A mais recente foi através do Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006⁶ que instituiu, no âmbito Federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Este projeto educacional tem, como fundamento, a integração social entre trabalho, cultura, ciência e tecnologia de forma a contribuir para o efetivo exercício da cidadania dos indivíduos que não tiveram acesso à educação regular ou cujos estudos não foram concluídos. Trata-se, portanto, de:

[. . .] uma formação humana para a emancipação. Mais do que preparar para assumir um lugar no mundo do trabalho, é necessário compreender as relações que ele encerra, para que esses jovens e adultos passem de vítimas de uma sociedade excludente a protagonistas de uma sociedade que se quer mais justa, ou seja, para que assumam seu lugar em uma sociedade contraditória e em movimento. (FRANZÓI, ARENHALDT e SANTOS, 2007, p. 21).

⁶ Anexo 2

Neste contexto, a biblioteca deverá, enquanto instituição de apoio pedagógico, constituir-se em espaço de reflexão, de interação e construção coletiva de saberes e habilidades, no qual o bibliotecário deverá fazer a mediação entre os sujeitos e a informação para vida social e política dos alunos da EJA, cumprindo assim com sua responsabilidade educativa através de uma relação dialógica. Esse processo implica uma relação o mais próxima possível do usuário, uma proximidade que “[. . .] não deve ser apenas geográfica, mas sobretudo intelectual.” (GUINCHAT e MENO, 1994, p. 486). Nas palavras de Paulo Freire:

Não há outro caminho senão o da prática de uma pedagogia humanizadora, em que a liderança revolucionária, em lugar de se sobrepor aos oprimidos e continuar mantendo-os como quase ‘coisas’, com eles estabelece uma relação dialógica permanente. (FREIRE, 1981, p.60)

Destaca-se ainda, a necessidade de preparar os alunos da EJA para as complexas condições de trabalho oferecidas pela sociedade atual cada vez mais exigente. É a partir desta interação que o indivíduo irá desenvolver autonomia para buscar conhecimento e capacidade de aprender continuamente, desta forma percebendo suas necessidades e sabendo como acessar e avaliar a informação eficientemente na sociedade do século XXI, ou seja, como se expressa Le Coadic (2004, p.112): “[. . .] aprender a se informar e aprender a informar [. . .]” e ainda onde e como se informar.

É necessário haver uma interação de saberes, pois o aluno, quando chega à escola, traz consigo conhecimentos adquiridos ao longo de suas experiências que precisam ser considerados. Esse conhecimento deve ser polido e enriquecido e é a partir desta relação dialógica que a escola irá propiciar o resgate e a formação social do indivíduo. Nas palavras de Kuhlthau (2006, p. 10): “[. . .] a escola é o espaço por excelência para ampliar e aprofundar o contato com a variedade de recursos atualmente disponíveis, e também para refinar as habilidades a eles relacionadas.”

Sendo a Biblioteca, setor pedagógico de apoio na escola e instituição de grande responsabilidade no resgate da cidadania, deve ter o

comprometimento com seus usuários no sentido de promover o desenvolvimento de sua autonomia informacional. É através do acesso consciente à informação que o cidadão adquire conhecimento de seus direitos e deveres e a partir daí toma decisões nas situações concretas do seu dia-a-dia. Relacionando o compromisso da biblioteca com os alunos da EJA, cabe citar Neves (2001, p. 61):

Para aqueles que estão buscando seu crescimento, a informação, enquanto matéria-prima do conhecimento, oportunizará condições para realização ou obtenção de experiências que poderão se constituir em nova práxis ou *know-how*, necessários para implantar, desenvolver ou transformar conceitos, processos, produtos ou procedimentos os quais redundarão, em última análise, no seu progresso e na sua autonomia sócio-político-econômico-cultural.

A atuação do bibliotecário, como mediador neste processo de construção do conhecimento é fundamental, e é dessa maneira que se alcança o objetivo fundamental do processo: a formalização legal da escolarização, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento pessoal e crítico do ser humano mesmo que não na idade regular, contudo, a tempo de resgatar a identidade deste indivíduo assim como sua auto-estima e sua autonomia cidadã neste processo de “pertencimento” ao grupo social.

3.3 Competência Informacional + Autonomia = Emancipação

Quando se fala em competência, de modo comum, refere-se a “habilidade para determinada função”, ao “fazer alguma atividade bem”, mas é necessário, para que se possa definir competência, que se faça uma articulação ética entre a técnica e a política que irá determinar as suas dimensões. Assim, para definir competência, é preciso relacionar suas dimensões:

a) **técnica**: diz respeito à capacidade de lidar com os conteúdos e com os conceitos inseridos dentro de um contexto;

b) **estética**: diz respeito à presença da sensibilidade de percepção da realidade que se converte em criatividade ao ligar-se a uma atividade social significativa para o bem coletivo;

c) **política**: esta dimensão se refere ao compromisso na construção coletiva da sociedade e ao exercício dos direitos e deveres;

d) **ética**: é a ação apoiada no respeito e solidariedade para realização de um bem coletivo (VITORINO, 2008);

Setzer (1999) associa competência com ação física, isto é, afirma que é possível considerar um indivíduo competente em determinada área, se ele demonstrar através de realizações anteriores, que é capaz de executar alguma tarefa. À *atividade física*, o autor associa ainda a *criatividade* vinculada à *liberdade*, ou seja, a capacidade de improvisar ações de acordo com a situação que se apresenta em um momento específico.

A partir das grandes mudanças e necessidades relativas advindas das tecnologias da informação e comunicação deste século, o termo competência foi assimilado pelos bibliotecários que passaram a falar em competência informacional (uma das traduções do termo inglês *information literacy*). O termo *Information literacy* foi utilizado inicialmente nos Estados

Unidos da América e traduzido pela primeira vez no Brasil como “Alfabetização Informacional” por Caregnato (2000) e muito ainda se discute, a respeito da utilização dos termos e do conceito propriamente dito.

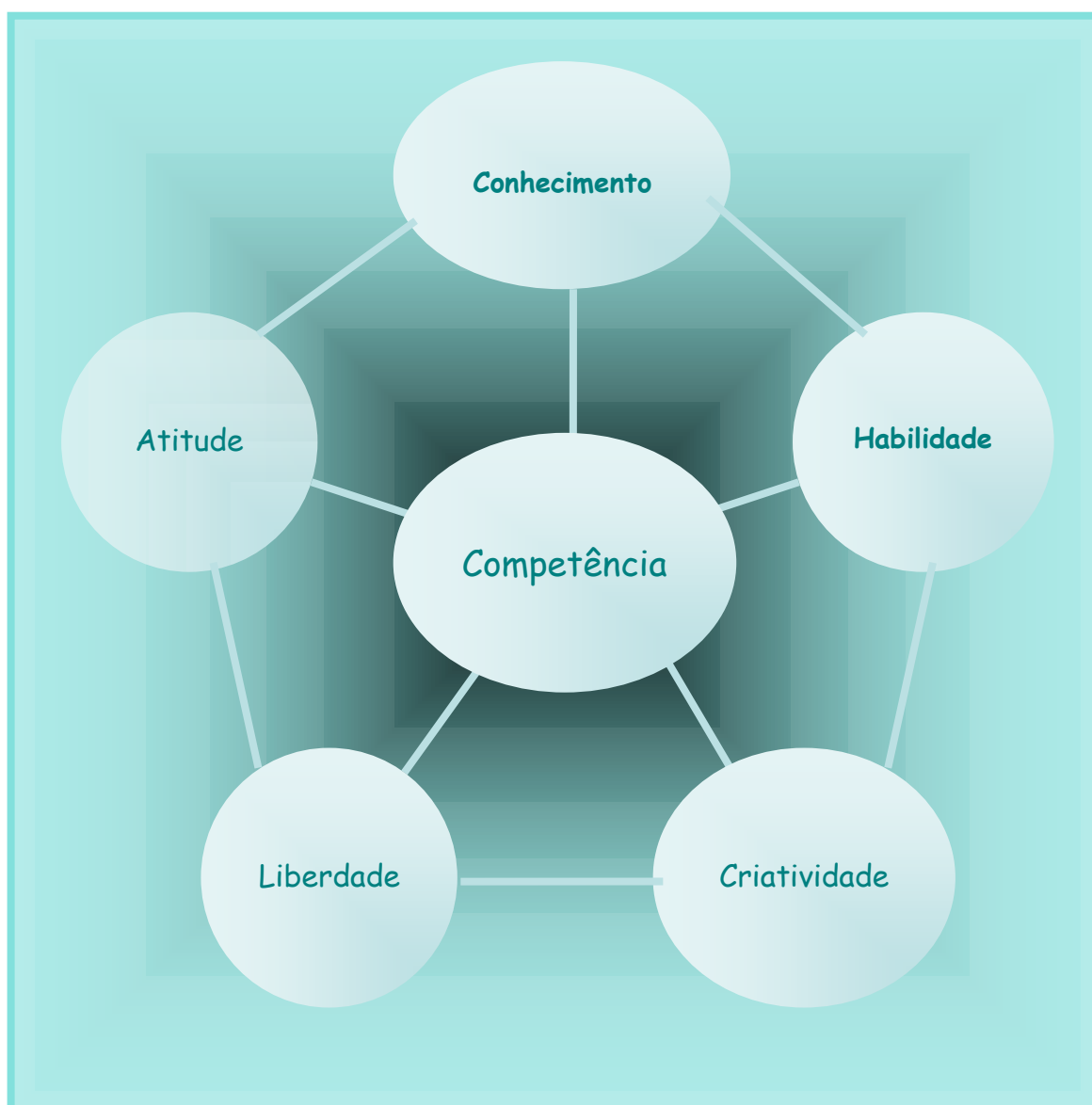
De acordo com o documento *Information Literacy Competency Standards for Higher Education* (2000) da *American Library Association* (ALA), *information literacy* é um conjunto de habilidades que as pessoas possuem para reconhecer suas necessidades informacionais e ter a capacidade de localizar, avaliar e utilizar eficazmente a informação de que precisa, entre as diversas possibilidades de escolha que, em meio à abundante informação disponível, provocam dúvidas sobre a autenticidade, validade e confiabilidade destas informações. O documento afirma que *information literacy* é a base para a aprendizagem ao longo da vida, é comum a todas as disciplinas, a todos os ambientes educacionais e a todos os níveis de ensino.

Analisando a evolução do conceito de *information literacy*, Dudziak (2003) a definiu:

[. . .] como o processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades necessário à compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica, de modo a proporcionar um aprendizado ao longo da vida.

A partir do mencionado anteriormente, buscou-se caracterizar o sentido do termo “competência” a fim de escolher, para fins de uso na continuidade deste trabalho em particular, a tradução mais adequada do termo inglês *information literacy*. Para isso, representou-se “competência” através da inter-relação dos conceitos dispostos no esquema mostrado a seguir:

Figura 1: Características da Competência



Fonte: da autora

Sobre esse aspecto, competência implica:

- a) Conhecimento:** no sentido de o indivíduo ter experiência pessoal anterior adquirida no assunto;
- b) Habilidade:** significa ser capaz de produzir algo;
- c) Criatividade:** para improvisar;
- d) Liberdade** para decidir;
- e) Atitude:** ter iniciativa, ou seja, inteligência prática;

A partir desta caracterização, portanto, optou-se utilizar, no decorrer deste estudo, a expressão “competência informacional” para tradução do termo inglês *information literacy* em detrimento dos termos “alfabetização” ou “letramento”, traduções equivalentes à palavra *literacy*.

O uso da informação para os indivíduos, de forma competente, traduz uma relação de emancipação na medida em que conseguem perceber a sua necessidade de informação, usar de suas próprias habilidades na localização, interpretação, análise e avaliação da informação de modo que esta lhe traga soluções cabíveis nas situações concretas de suas vidas. O relatório da *American Library Association - ALA*, em 1989, apud⁷ Campello e Abreu (2005, p.179) atinente, descreve competência informacional da seguinte maneira:

Para ser competente em informação a pessoa deve ser capaz de reconhecer quando precisa de informação e possuir habilidade para localizar, avaliar e usar efetivamente a informação. Para produzir esse tipo de cidadania é necessário que escolas e faculdades compreendam o conceito de competência informacional e o integrem em seus programas de ensino e que desempenhem um papel de liderança preparando indivíduos e instituições para aproveitarem as oportunidades inerentes à sociedade da informação. Em última análise, pessoas que têm competência informacional são aquelas que aprenderam a aprender. Essas pessoas sabem como aprender porque sabem como a informação está organizada, como encontrar informação e como usar informação, de tal forma que outros possam aprender com elas.

Competência informacional, segundo Campello (2002, p. 10), “Combina com projetos interdisciplinares que permitam aos alunos examinar um assunto sob diferentes ângulos.”. Esta, justamente, é a proposta de ensino do Cap/UFRGS, na qual os alunos buscam desenvolver assuntos de seu interesse particular, em projetos interdisciplinares onde as áreas do conhecimento são investigadas sob determinado aspecto. O papel dos professores, que trabalham em equipe nestes projetos, é de orientação e

⁷ *American Library Association – ALA*, 1989 apud CAMPELLO e ABREU, 2005, p.179

estímulo ao aluno que necessita desenvolver habilidades para buscar, localizar, analisar, avaliar e interpretar a informação que precisa.

Ao relacionar competência informacional com Educação de Jovens e Adultos, é imprescindível a participação da biblioteca de forma mais ativa possível, trabalhando juntamente com os professores no desenvolvimento educacional dos alunos, principalmente da EJA, cujos recursos informacionais disponíveis são, em sua maioria, apenas os que a biblioteca lhes oferece. Campello (2002, p.11) sugere que “[. . .] a biblioteca pode participar de forma criativa do esforço de preparar o cidadão do século XXI.”

A atuação do profissional bibliotecário, enquanto educador e mediador na formação das habilidades necessárias ao indivíduo é essencial, assim como sua participação no planejamento educacional. Sem pretender invadir a área de atuação do professor, o profissional bibliotecário precisa interagir com este na busca do objetivo comum, pois suas ações são participativas e não concorrentes e seus papéis, embora relacionados, são diferentes. Milanesi (2002, p.26) se refere ao bibliotecário como o “mediador de leitura” e estabelece as seguintes características:

É tarefa do mediador de leitura organizar não apenas o acervo, os serviços e o ambiente, mas estabelecer o itinerário pelos infinitos e conflituosos caminhos do conhecimento. Já ao professor cabe uma outra ação complexa: além dos discursos e exercícios, há o desafio permanente de capacitar o educando de tal forma que ele desenvolva uma reflexão própria, criando o seu próprio discurso.

Representando o ambiente informacional contemporâneo, a biblioteca, com o empenho do profissional bibliotecário, poderá desenvolver diferentes ações para a educação dos seus usuários de forma a capacitá-los a fazer uso de seus serviços e recursos com eficiência, trabalhando a disponibilidade de informação para vida social e política dos mesmos. Importante destacar que o desenvolvimento das habilidades dos usuários da biblioteca do século XXI, tornou-se bem mais complexo em função dos avanços das tecnologias e das novas formas de acesso à informação, o que

exige dos alunos também algum conhecimento no manuseio das ferramentas de acesso à informação.

Desta forma, o computador é ferramenta fundamental no desenvolvimento das habilidades dos usuários na atual Sociedade da Informação e, em se tratando de Educação de Jovens e Adultos, não é difícil encontrar dentre os alunos da EJA, indivíduos analfabetos digitais, seja por desconhecimento, falta de oportunidade ou até por resistência. Este fato ratifica a idéia da atuação do bibliotecário escolar, em conjunto com o professor, no processo de ensino/aprendizagem dos alunos a fim de capacitá-los para o manuseio e domínio desta ferramenta de forma a alcançar o objetivo principal no processo de capacitação.

Quase nenhuma formação relativa à educação de usuários é oferecida aos alunos da EJA na biblioteca do CAP/UFRGS e a ação neste sentido se faz necessária e urgente. Dois alunos afirmaram desconhecer o modo que a informação está distribuída nas enciclopédias do acervo, ou seja, sentiram dificuldades em buscar o assunto do qual necessitavam por desconhecer que o mesmo estava disposto por ordem alfabética.

Tradicionalmente, os serviços de educação de usuários oferecidos pelas bibliotecas escolares reúnem orientações a respeito do espaço físico, indicações de organização do acervo, utilização das fontes entre outros, quando existem. No entanto, o processo de educação de usuários envolve mais ações por parte da biblioteca do que orientações individuais no balcão de atendimento ou visitas orientadas, envolve, principalmente, o dever social de formar o indivíduo competente informacional.

Segundo a ALA (2000)⁸, o indivíduo competente informacional é capaz de:

- Determinar a extensão e abrangência da informação necessária;
- Acessar a informação necessária de forma eficaz e eficiente;
- Avaliar criticamente a informação e suas fontes ;
- Incorporar a informação selecionada a sua base de conhecimento;

⁸ Tradução da autora

- Usar as informações de forma eficaz para atingir objetivos específicos;
- Compreender as questões econômicas legais e sociais relacionada ao uso da informação, assim como acessar e usar a informação de maneira ética e legal.

É necessário, portanto, o planejamento, estudo e avaliação da ação pedagógica e busca dos meios de oferecer desafios e oportunidades aos alunos em um programa de educação de usuários que cumpra com seus objetivos de forma permanente e eficaz.

3.4 Cidadania e Acessibilidade: uma relação necessária

Para ser considerado cidadão pleno e ter condições de exercer a democracia é necessário que o indivíduo possua direitos civis (os garantidos por lei), direitos políticos e direitos sociais. São considerados direitos civis, o direito de ir e vir, à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade; os direitos políticos se referem à participação do indivíduo nas decisões da sociedade em que vive, votar e ser votado, e os direitos sociais dizem respeito ao direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, ao lazer, à cultura e à saúde.

Segundo Morigi, Vanz e Galdino (2003), dos direitos fundamentais do cidadão (civis, políticos e sociais) derivam outros direitos, entre eles, o direito às novas tecnologias, direito à informação, direito do consumidor... ou seja, direitos referentes a nossa sociedade contemporânea. A construção da cidadania no século XXI passa, necessariamente, pelo acesso e uso da informação. A informação, hoje, é um bem social e também direito de todos, é através da informação que se estrutura a ligação entre os indivíduos e destes com a sociedade.

O conceito de cidadania, no entanto, é um conceito histórico, que vai se transformando com o passar dos tempos, desde sempre se relacionou com as desigualdades sociais e com o sistema capitalista, mas no curso da história, vai incorporando características relativas às transformações das

sociedades. Essas transformações alteram as relações sociais, econômicas e políticas e exigem adequações da sociedade, fato que aponta, portanto, para uma breve reflexão a respeito da origem do termo cidadania.

A origem da palavra deriva da noção de cidade. Originalmente, cidadão era o burguês, habitante do burgo (aldeia, povoado) e por consequência da sociedade (ARAÚJO, 1992). Historicamente, a origem do termo remonta à Antiguidade Clássica, às cidades-estados greco-romanas nas quais havia a participação direta dos homens livres na vida política sem a intermediação de terceiros. Com uma cidadania ainda rudimentar, apenas os homens e descendentes nobres eram considerados cidadãos. As mulheres, os artesãos, os estrangeiros, os comerciantes e os escravos, embora participantes da vida econômica e social, eram excluídos.

Com a queda da civilização greco-romana e posterior instauração do regime absolutista monárquico, a cidadania, que se encontrava ainda nos ensaios, foi suprimida completamente por vários séculos. Somente no século XVIII, a partir dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa (1789), que o conceito de cidadania começa a ganhar força (FIGUEIRÊDO, 1997). A respeito das revoluções burguesas, em especial a Francesa, que representou um rompimento com o direito obtido pelo nascimento, Manzini Covre (1995, p.17) relata que:

Com elas, estabelecem-se as Cartas Constitucionais, que se opõe ao processo de normas difusas e indiscriminadas da sociedade feudal e às normas arbitrárias do regime monárquico ditatorial, anunciando uma relação jurídica centralizada, o chamado Estado de Direito. Este surge para estabelecer direitos iguais a todos os homens, ainda que perante a lei [. . .].

No Brasil, somente em 1889, o sufrágio universal foi introduzido, que, para “universal” deixava muito a desejar, uma vez que excluía as mulheres, os religiosos e analfabetos e a maioria da população não tinha acesso à educação. O regime político instalado a partir do golpe de 1964 provocou um atraso no processo da cidadania, porém, no final dos anos 70, iniciam-se os movimentos sociais coagindo o fim da ditadura. A década de 80

se caracterizou por várias formas de movimentos populares, associações, sindicatos que representaram uma maior participação da sociedade no sistema público. A pressão popular acabou provocando uma ruptura com o Estado que acabou resultando na Constituição de 1988, representando o fim de uma série de discriminações e incluindo as conquistas e direitos dos cidadãos brasileiros (FIGUEIRÊDO, 1997).

Apesar das lutas e evolução dos processos de participação popular, a cidadania no Brasil ainda não chegou ao patamar desejado, uma vez que exclui grande parte da população que ainda hoje, vive em condições subumanas. Não podemos considerar o indivíduo cidadão apenas pelo ato de votar, apesar da escolha de seus governantes ser essencial a uma sociedade, cidadania envolve também outras condições de nível econômico, social, cultural e porque não dizer emocional. Em relação a um modelo de cidadania ideal, Morigi e Rhoden (2006, p.180) comentam:

O sentido de cidadania sofreu modificações e continua até hoje a ser constantemente alterado. Uma cidadania acessível a todos, com igualdade de direitos, sem exclusões ou discriminações, fornecendo igualdade de direito à informação, fator fundamental na formação de cidadãos conscientes em uma sociedade democrática, ainda está por vir.

A Carta Magna assegura em seu artigo 5º, inciso XIV, o acesso à informação como direito de todos, é um bem comum, matéria-prima do conhecimento e imprescindível para o exercício da cidadania. Kuhlthau (2006, p.9) diz que “O exercício da cidadania só é possível se se garante à pessoa o acesso aos saberes elaborados socialmente. Esses saberes constituem instrumentos para o desenvolvimento da socialização e, conseqüentemente, da cidadania democrática”.

Para que o indivíduo possa participar da vida política e social é imprescindível que tenha acesso aos vários tipos de informação e, evidentemente, tenha condições de entendimento e reflexão acerca da informação recebida. O acesso à informação é a única maneira de se combater a alienação social e cultural, possibilitando ao sujeito a capacidade

de interação nas formações sociais a partir de posicionamentos críticos para discussão sobre os direitos básicos do cidadão, tais como habitação, saneamento básico, educação, saúde e segurança pública exercendo assim sua capacidade cidadã.

Ladeira e Amaral (1999) apud⁹ Passerino e Montardo (2007, p.4) conceituam inclusão social “[. . .] como um processo que se prolonga ao longo da vida de um indivíduo e que tem por finalidade a melhoria da qualidade de vida do mesmo.”

Duziak (2003, p.24) fala na emancipação política adquirida através da competência informacional e completa com uma nota de rodapé que diz:

Todos os homens são iguais, mas aqueles que votam munidos de informação estão em posição de tomar decisões mais inteligentes que aqueles cidadãos que não estão bem informados. A aplicação de recursos informacionais aos processos de decisão no desempenho das responsabilidades civis é de vital importância.¹⁰

Em uma sociedade democrática, a acessibilidade às informações públicas deve ser garantida pelo Estado através do estabelecimento de políticas que disponibilizem ao cidadão informações úteis de seu interesse e, principalmente, aquelas de interesse coletivo para que este possa atuar conscientemente no processo de tomada de decisões políticas e pessoais (MORIGI E RHODEN, 2006). Igualmente, o bibliotecário, enquanto agente democrático de disseminação da informação no exercício pleno de sua cidadania, deve assumir seu dever e responsabilidade de educador e colocar à disposição dos usuários, de acordo com Targino (1991, p.158):

⁹ PASSERINO, Líliliana Maria; MONTARDO, Sandra Portella. Inclusão social via acessibilidade digital: proposta de inclusão digital para Pessoas com Necessidades Especiais. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. **Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Tecnologias de Informação e de Comunicação”, do XI Colóquio Internacional sobre a Escola Latino Americana de Comunicação, na Universidade Católica de Pelotas.** 2007, Pelotas. Disponível em: < <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/144/145>>. Acesso em: 10 dez.2009.

¹⁰ Tradução de Owens, M.R. (1976) State government and libraries. Library Journal, v. 101, p.27)

[. . .] informações que lhes propiciem ir à luta, em busca de seus direitos e compreensão de seus deveres, para uma contribuição efetiva ao desenvolvimento de sua comunidade. No bojo de uma Biblioteconomia moderna voltada para o social e da pretendida popularização da biblioteca [. . .] implantemos, na condição de serviço regular e prioritário, a informação utilitária.

Na sociedade atual é imprescindível que a idéia de cidadania seja ampliada no sentido da conscientização do indivíduo em relação às questões de agressão ao meio ambiente, tais como o desmatamento e a poluição da água e do ar. Além dos direitos que o conceito de cidadania encerra, não podemos esquecer os deveres que nele se incluem, entre eles a preservação do meio ambiente e do planeta. Segundo Rocha (2000, p. 43):

“A conscientização é um processo que permite ao homem compreender a realidade que o cerca, como ela se estrutura, o que ele é e a reagir a essa realidade, assumindo seu destino e dos seus semelhantes com autonomia, buscando sempre melhores condições de vida.”

Para que este processo de conscientização se efetive e o exercício da cidadania se desenvolva plenamente é preciso fortalecer as bases que estão consolidadas na educação. De acordo com Morigi, Vanz e Galdino (2002, p.141), “O direito à educação pressupõe de imediato o direito ao acesso à informação, uma vez que a informação é parte do processo educativo.” Por conseguinte, ao acesso à informação é fundamental na construção da cidadania e é somente através da socialização da informação que se chegará ao ideal de cidadania para toda a sociedade. Neves (2001, p.62) afirma que:

[. . .] poder-se-á considerar que o acesso e o uso permanente e orientado de fontes de informação é o caminho mais viável para a formação da consciência individual e coletiva de cidadania, condição indispensável para a transformação social, para a participação dos indivíduos e dos grupos, no processo decisório e de desenvolvimento de uma coletividade.

Vivemos atualmente em uma Sociedade da Informação e do conhecimento logo, uma das principais barreiras ao acesso à informação é o analfabetismo informacional. Figueirêdo (1997, p.83) diz que “[. . .] o processo de modernização altera valores, comportamentos e traz para a sociedade nova formas de necessidades e consumos. A informação nunca tinha sido tão necessária quanto tem sido na sociedade moderna.” Sobre a necessidade de adequação à sociedade moderna, Drucker (1993, p. 165) apud¹¹ Barreto (2005, p. 170) coloca:

Se nas sociedades anteriores, a pessoa instruída era um ornamento, na sociedade do conhecimento, a pessoa instruída é o emblema, o símbolo, o porta bandeira, ela define a capacidade de desempenho da sociedade, mas também incorpora seus valores, crenças e compromissos.

Outra barreira ao acesso à informação que vivenciamos na sociedade contemporânea está inserida na qualidade e eficácia das informações disponíveis na rede. Entre essas informações e o usuário, existe um espaço que precisa ser preenchido por “[. . .] canais que favorecem o fluxo da informação [. . .]” (NEVES, 2001, p.61) e a classifique e qualifique de acordo com a necessidade do usuário. Segundo a autora, esses canais são: o suporte, os recursos de identificação da informação, os instrumentos de busca e localização e os **profissionais da informação**.

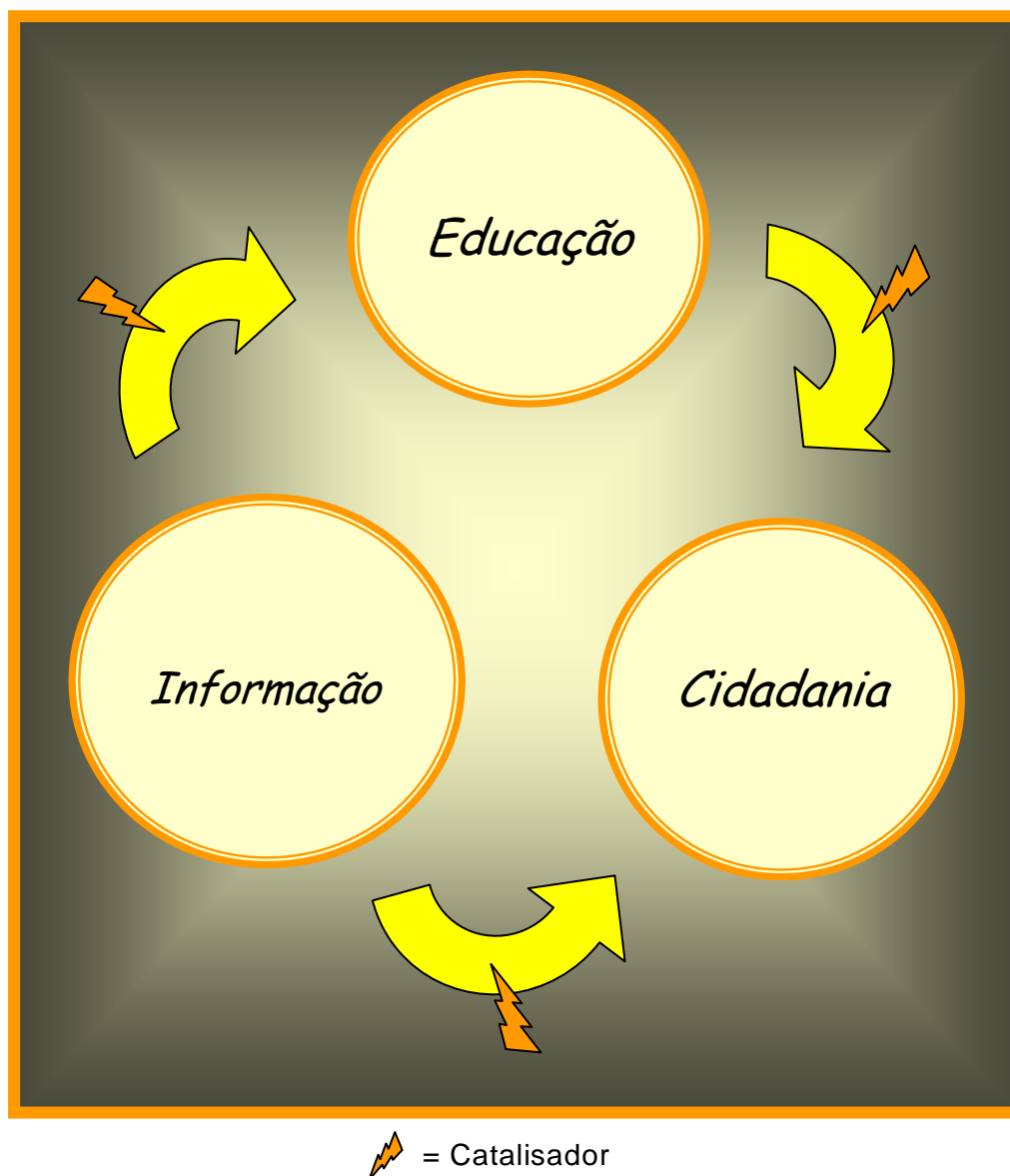
Considera-se, portanto, o profissional bibliotecário, agente importante na democratização da informação, tanto no papel de educador como no de “[. . .] catalisador e difusor da informação [. . .]” (TARGINO,1991, p.157). Com base nas idéias propostas, para fins de ilustração, apresentamos um círculo cujos elementos se complementam e se relacionam no resgate ou construção da cidadania, representado na figura 2.

O acesso à **informação** é condição básica para que a **educação** se efetive e parte fundamental na construção da **cidadania**. A **educação** por sua vez, é elemento chave no desenvolvimento da **cidadania**, formando o ciclo representado na figura a seguir. O símbolo (raio) representa o catalisador das

¹¹ DRUCKER, Peter. **Sociedade Pós-capitalista**. 3. ed. São Paulo:Pioneira, 1993.

etapas, ou seja, o profissional bibliotecário atuante em todas as transformações do processo de construção da cidadania.

Figura 2: Relações entre informação, educação e cidadania



Fonte: da autora

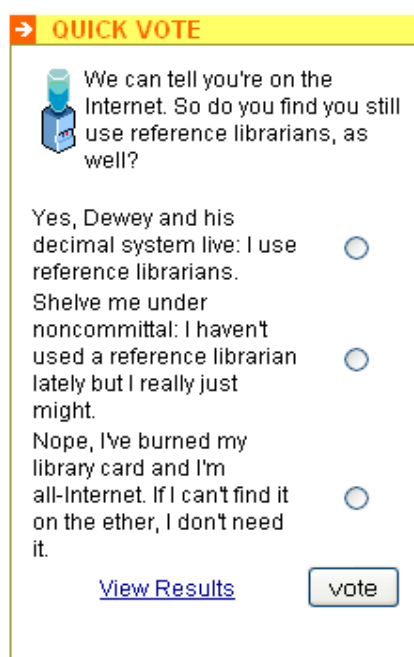
Apesar da profissão ser considerada milenar, parece que nunca esteve tão moderna quando ao avaliar o cenário do século XXI. Ao contrário de algumas previsões, acredita-se que a profissão não esteja destinada ao desaparecimento, uma vez que se torna cada vez mais importante a intermediação deste profissional no fluxo da informação.

Com a mudança paradigmática representada pela Sociedade da Informação, e o avanço do desenvolvimento das TICs, em especial a Internet, como canais de transferência e suporte das diversas informações disponíveis na rede, o papel do bibliotecário talvez, inicialmente, tenha ficado um tanto obscurecido, diante do vislumbre das facilidades que a Internet proporcionava. No entanto, com a produção desenfreada e a quantidade enorme de informação que se tornou disponível, e sem um motor de busca eficiente nos processos automáticos de indexação, o ruído, “amigo” do bibliotecário, chamou por ele.

Uma pesquisa realizada pela rede de televisão norte-americana pertencente ao grupo *Time Warner*, a *Cable News Network* (CNN) com internautas que acessam o *site* da CNN a respeito do uso da Internet e a necessidade de ajuda de bibliotecários de referência, resultou que, dos 6.608 entrevistados, 5698 responderam que sim, que apesar de utilizar a Internet, necessitam da ajuda de um bibliotecário de referência. O que representa 86% do público entrevistado.

A figura 3 mostra a questão apresentada aos internautas:

Figura 3: Quick Vote, pesquisa CNN



QUICK VOTE

We can tell you're on the Internet. So do you find you still use reference librarians, as well?

Yes, Dewey and his decimal system live: I use reference librarians.

Shelve me under noncommittal: I haven't used a reference librarian lately but I really just might.

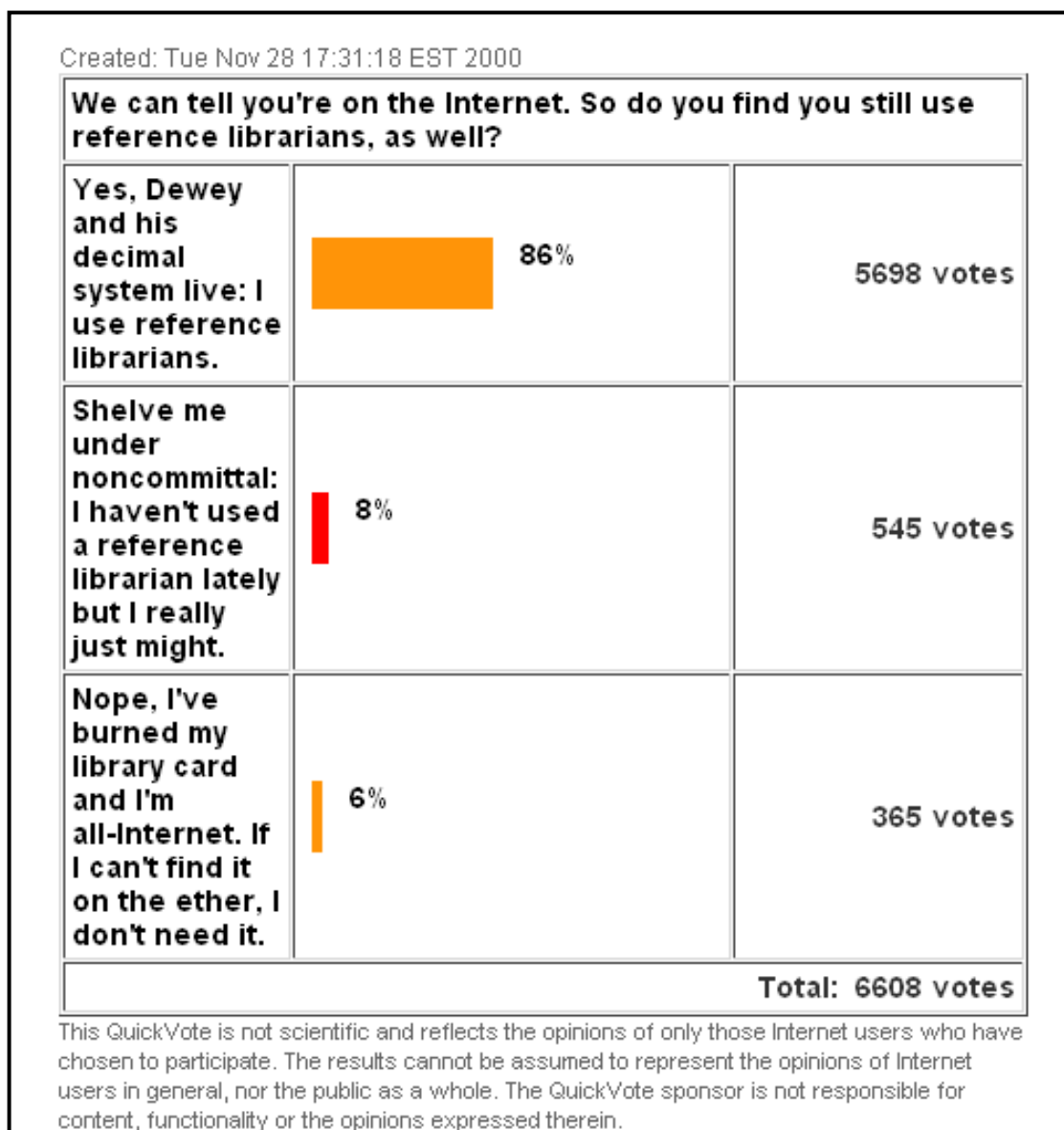
Nope, I've burned my library card and I'm all-Internet. If I can't find it on the ether, I don't need it.

[View Results](#)

Fonte: <http://archives.cnn.com/2000/CAREER/trends/11/28/librarians/>

A figura a seguir apresenta os resultados da pesquisa anteriormente descrita:

Figura 4 : Resultado da pesquisa CNN



Fonte: < www.cnn.com/POLL/results/1315411.html

Desta forma, ressalta-se novamente, a importância do papel do bibliotecário e sua atuação como profissional da informação no processo de construção da cidadania dos alunos da EJA. Este deve assumir a postura de cidadão membro da sua comunidade e de agente disseminador, facilitando o acesso à informação que esses usuários (que estão na busca de sua autonomia cidadã) necessitam, ou seja, informação objetiva, atualizada e em linguagem acessível. Ao ser questionada de que forma avaliava a informação a que tinha acesso, uma das alunas da EJA, respondeu: *“escolho a informação que oferece melhor entendimento no sentido de ter a escrita mais acessível para mim”*

Em meio a tantas desigualdades, é dever do bibliotecário estar atento à necessidade de promover a inclusão social e cultural, assumindo o compromisso de participar ativamente no desenvolvimento do indivíduo, na sua melhoria pessoal, na sua qualificação profissional e na formação da sua cidadania plena. Comprometido com o sistema e com o ser humano, o bibliotecário deve atuar de forma a transformar a biblioteca em um espaço público e democrático, lugar de socialização mantendo-a, nas palavras de Targino (1991) como um “centro de informação vital ao processo desenvolvimentista do nosso país”, com atuação pró-ativa, viva e presente, sob pena de ser transformado em profissional de carreira em extinção.

3.5 Formação, Informação e Acesso: aquisição de competência para uma cidadania competente

Pretende-se, neste tópico, relacionar os conteúdos desenvolvidos até o momento com a integração da educação de usuários ao currículo da EJA. A competência informacional está ligada ao desenvolvimento de uma série de habilidades relacionadas à busca, acesso, organização, uso e apresentação da informação e precisam ser desenvolvidas, ensinadas/apreendidas para a formação do indivíduo competente informacional.

Dudziak (2003, p.26) comenta que o relatório da *American Library Association* (ALA) ressalta a importância da competência informacional para todos os indivíduos, trabalhadores e cidadãos. Diz a autora:

As recomendações se concentram na implantação de um novo modelo de aprendizado, com diminuição da lacuna existente entre a sala de aula e biblioteca. Esse novo modelo de aprendizado só é possível a partir de uma reestruturação curricular na qual seja privilegiado o uso dos recursos informacionais disponíveis, para a aprendizagem e resolução de problemas, de forma contextualizada, a fim de inculcar nos aprendizes o hábito de buscar e utilizar criticamente a informação (e a biblioteca).

A ideia resultante desta pesquisa com os alunos da EJA do Colégio de Aplicação da UFRGS, é propor uma completa reestruturação no currículo da EJA, pretende-se não apenas diminuir a lacuna existente entre a sala de aula e a biblioteca, mas integrá-las completamente. Silva et al (2005, p.35) acredita que, para as pessoas adquirirem competência informacional, é preciso que a escola ofereça uma educação com esse aprendizado nos seus currículos. Acrescenta ainda que competência informacional “[. . .] é uma questão de educação.”

Considerando a evolução constante das tecnologias da informação (TICs), a grande quantidade de informação disponível atualmente e a necessária educação para um posicionamento crítico e reflexivo perante à sociedade, tendo em vista ainda, a natureza especial dos alunos da EJA que, tal qual as crianças da educação fundamental, são indivíduos que precisam mais atenção e tratamento diferenciado em função da necessidade do resgate de sua auto-estima, acredita-se que essa nova proposta, a introdução da “informação” no currículo da EJA, garantiria o aprendizado e acesso consciente destes indivíduos à informação. Le Coadic (2004, p.113) afirma:

A introdução no ensino da disciplina 'informação', com um quadro de professores especializados, seria a garantia de ingresso dos alunos na sociedade da informação. Permitiria lutar contra esse considerável analfabetismo informacional, e, portanto, suprimir a distância que hoje separa os inferricos dos infopobres.

Imprescindível, neste processo, a atuação do bibliotecário junto ao professor no planejamento interdisciplinar do programa pedagógico e implantação de atividades voltadas à formação de habilidades para a competência informacional. Necessário também que o bibliotecário cumpra com sua função educativa com responsabilidade e ética e crie estratégias de aprendizagem condizente com o público EJA. Duziak (2003, p.33) acredita que o bibliotecário precisa:

[. . .] se reinventar, adotando uma postura mais ativa, deflagando processos e projetos de inovação organizacional, tanto no âmbito da biblioteca, quanto no âmbito das instituições de ensino. Neste sentido, devem buscar o aprendizado contínuo, a melhoria de suas qualificações e competências, principalmente em relação à comunicação, estabelecendo parcerias com docentes, administradores, alunos e mesmo com seus pares, de modo a ampliar suas redes de comunicação e sua visibilidade profissional[. . .].”

Para Guinchat e Menou (1994) qualquer ação de formação deve ser realizada de acordo com um plano que responda as questões: Para quem? Como? Por quanto tempo? De que forma? Onde? No decorrer deste estudo, foi possível observar e analisar as características dos alunos da EJA que a biblioteca do CAp/UFRGS atende.

A partir das entrevistas realizadas, pode-se levantar informações a serem utilizadas quando da decisão e preparação das atividades a serem propostas. Ao serem inquiridos a respeito de como localizam o material que procuram na biblioteca, como aprenderam a procurar e, se a biblioteca supre suas necessidades de informação, as respostas obtidas foram unânimes: *“Localizo o material que preciso com a bibliotecária”*; *“Não aprendi a procurar,*

sempre peço ajuda no balcão”; “Sim, sempre que precisei, a biblioteca supriu minhas necessidades” .

Ao analisar as falas, chegou-se ao seguinte posicionamento: os alunos da EJA são dependentes e incapazes de buscar informação básica por si só e desconhecem que a biblioteca pode oferecer vários assuntos relacionados à vida cotidiana. A maioria não utiliza a biblioteca porque não sabe como fazer isso. Respondem que a “*biblioteca supre totalmente suas necessidades*” por ser essa, a única realidade que conhecem. “*O serviço da biblioteca é satisfatório, não percebo se falta alguma coisa*”.

É necessário incluir no programa de educação dos alunos da EJA, a princípio, as habilidades mais simples de educação para acesso à informação. Caregnato (2000, p. 51) ao falar na tarefa fundamental para as bibliotecas universitárias, se refere ao desenvolvimento de “[. . .] habilidades relacionadas à localização, seleção, acesso e utilização da informação [. . .] de uma forma independente, criteriosa e produtiva.”

A discussão em torno das atividades práticas e teóricas que deverão ser desenvolvidas, assim como os conteúdos, temas e objetivos que deverão ser adaptados para esse novo programa para a educação dos alunos da EJA, são assuntos a serem debatidos em reuniões futuras com os departamentos de ensino e coordenação pedagógica. No momento, serão apresentadas algumas sugestões, sempre levando em consideração que o foco é o estudante da EJA e como tal, devem ser consideradas também as diferenças sociais, políticas, religiosas e econômicas do público-objeto deste estudo.

A proposta sugerida deste trabalho é a implantação de uma disciplina ao currículo da EJA que prepare esses indivíduos para o uso eficiente da informação de forma autônoma e permanente de maneira que sejam incluídos na Sociedade da Informação. Esta disciplina, que deverá estabelecer conexões entre saberes e conteúdos, deverá também relacionar os saberes gerais e profissionais, uma vez que um dos motivos de retomada dos estudos deste público, está relacionado à formação profissional.

Ao serem questionados a respeito do motivo de terem retomado seus estudos, os alunos entrevistados indicaram a qualificação profissional. “*Retomei meus estudos porque vi esperança de uma mudança profissional e*

financeira”; “Voltei a estudar para conseguir serviço” e ainda: “Voltei a estudar porque achava falta de entendimento, me sentia diminuída e excluída da sociedade de participação. Até meu contra cheque eu tinha que pedir para alguém ver, agora tenho autonomia. Tinha vergonha de não saber, de não falar direito...”

Em função disso, é preciso planejar esta disciplina de forma a buscar meios de oferecer desafios e oportunidades aos alunos em um programa de educação de usuários que cumpra com seus objetivos de forma permanente e eficaz na capacitação pessoal e profissional destas pessoas. Poderíamos nomeá-la: **Formação, Informação, Acesso e Cidadania.**

A tabela a seguir tem a pretensão de organizar respostas para as perguntas de Guinchat e Menou (1994):

Tabela 1: Pergunta e respostas: plano de ação de formação

Para Quem?	Alunos da EJA
Como?	Teoria e Prática
Por quanto tempo?	2 h p/ semana durante a formação
De que forma?	50% teoria 50 % atividades práticas
Onde?	Sala de aula e biblioteca

Fonte: da autora

Kuhlthau (2006) em seu programa de atividades sugere o desenvolvimento de algumas habilidades a serem incorporadas como disciplina na proposta curricular do ensino fundamental que podem ser adaptadas à EJA. São habilidades de localização e interpretação para usar os recursos informacionais e a biblioteca, que irão enriquecer o conhecimento e deverão ser significativas para a vida.

Envolvem três aspectos principais:

- Conhecer as fontes de informação disponíveis;
- Aprender a reagir ao que viram e ouviram;
- Conviver com a Internet e lidar com grande quantidade de informação.

A parceria da disciplina com a informática é fundamental, pois é pré-requisito o conhecimento básico deste instrumento de busca da informação. “*Aprendi a usar o computador!*”, respondeu a aluna ao ser inquirida sobre o que mudou em sua vida depois de retornar seus estudos.

Sugere-se a inclusão no programa pedagógico da disciplina, conteúdo e atividades que possibilitem ao aluno da EJA, de forma autônoma e independente, em relação às habilidades de localização e interpretação:

- a) Conhecer o arranjo do acervo e como está disposta a informação;
- b) Identificar e caracterizar a coleção de referência, juvenil, infantil, de periódicos, de folhetos, CD's, DVD's e o acervo geral;
- c) Manusear enciclopédia e dicionários e aprender como está distribuída a informação nestes suportes;
- d) Procurar assuntos no catálogo e identificar o número de chamada;
- e) Saber pesquisar nos índices;
- f) Desenvolver técnicas de busca por autor, título e assunto;
- g) Buscar informações em revista e jornais;
- h) Identificar biografias;
- i) Saber buscar informações em almanaques e Atlas;
- j) Buscar informação na Internet;
- k) Acessar *links*;
- l) Saber avaliar criticamente as informações;
- m) Comparar as informações de várias fontes;
- n) Interpretar as informações;
- o) Produzir texto a partir de informações recebidas;
- p) Aprender a citar fontes e fazer referências.

A partir da formação e desenvolvimento destas e de outras habilidades que venham a ser incluídas no programa pedagógico da EJA, o indivíduo deverá adquirir competência informacional para acessar a informação de forma eficiente, eficaz e competente, com criatividade e exatidão.

Competências estas, necessárias para sua inclusão na sociedade do novo século que exige uma educação diferenciada voltada para a construção da cidadania, que incentive a autonomia crítica e criativa na tomada de decisões.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi o de investigar o papel da educação de usuários na formação das competências informacionais junto aos alunos da EJA do CAp/ufrgs. O estudo de caso realizado possibilitou a oportunidade de conhecer um pouco do perfil deste público, verificar suas capacidades e analisar algumas de suas particularidades.

Constatou-se a necessidade de promover uma educação diferenciada que integre a teoria e a prática, cultura e trabalho com autonomia no acesso à informação, de maneira a formar indivíduos críticos, criativos e plenos para que consolidem sua voz e sejam capazes de exercer a democracia na atual Sociedade da Informação e do Conhecimento. A formação educacional cidadã visa, portanto, desenvolver uma consciência individual e coletiva das condições modernas de informação.

O bibliotecário exerce papel fundamental enquanto educador e mediador no acesso à informação e na formação das habilidades necessárias ao indivíduo neste processo, assim como sua participação no planejamento educacional. Em conjunto com os professores, participa ativamente na formação intelectual dos alunos auxiliando-os na construção e no exercício da cidadania.

Para produzir esse tipo de cidadania, é necessário que a escola compreenda o conceito de competência informacional e o integrem em seus programas de ensino. As competências informacionais são fundamentais para desenvolver qualquer atividade pessoal ou profissional, pois define, norteia e estabelece a melhor escolha na resolução de problemas. Pode-se afirmar que, quanto mais aprimoradas as competências mais chances de alcançar os objetivos pessoais e profissionais. *“A minha vida continua a mesma, mas as expectativas de melhorar de vida me estão mais próximas”* comenta um dos alunos entrevistados.

Verificou-se, a partir deste estudo, a necessidade de uma educação permanente e constante aos alunos da EJA em relação aos saberes informacionais por parte da biblioteca e da escola. Observou-se o desejo e necessidades dos alunos da EJA: *“A biblioteca já tem nos ajudado muito, mas talvez se tivéssemos computadores disponíveis com internet e quem sabe uma*

orientação à distância....” ou ainda, “ *eu gostaria de buscar sozinha os livros e assuntos que preciso no computador*”.

Em visto disso, a sugestão deste trabalho é a implantação de uma disciplina ao currículo da EJA que prepare esses indivíduos para o uso eficiente da informação de forma autônoma, permanente e “presente”. O indivíduo irá adquirir competência informacional não só para o uso da informação como também para transformar, comunicar e trabalhar produtivamente.

A implantação deste programa no currículo, para desenvolvimento das habilidades e, conseqüentemente das competências informacionais, seria a arma contra todas as formas de analfabetismo que ainda perduram em nossa sociedade.

Imputar um sentido existencial ao indivíduo e combater todas as formas de analfabetismo pessoal, digital e informacional que atravancam o desenvolvimento econômico-social de nosso país, é o objetivo-fim da educação voltada para a informação.

REFERÊNCIAS

Information Literacy Competency Standards for Higher Education.

Chicago, Illinois: American Library Association, 2000. Disponível em: <http://www.ala.org/ala/mgrps/divs/acrl/standards/standards.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2000.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Informação, cidadania e sociedade no Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.2, n.1, p. 42-49, jan./dez.1992.

BARRETO, Ângela Maria. O Fator humano e o desenvolvimento de competências nas unidades de informação. **Perspectivas em Ciências da Informação**, Belo Horizonte, v.10, n.2, p. 166-177, jul./dez.2005.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil** (1988). Brasília, DF: Ministério da Educação, 1988.

BRASIL. **Decreto Nº 5.840, de 13 de julho de 2006**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proejadecreto5840.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2009.

CAMPELLO, Bernadete. **A Competência Informacional na educação para o século XXI**. In: CAMPELLO, Bernadete Santos et al. A Biblioteca Escolar: temas para uma prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 9-11.

CAMPELLO, Bernadete. O Movimento da Competência Informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.32, n.3, p. 28-37, set./dez.2003.

CAMPELLO, Bernadete; ABREU, Vera Lúcia Furst Gonçalves. Competência Informacional e formação do bibliotecário. **Perspectivas em Ciências da Informação**, Belo Horizonte, v.10, n.2, p.178-193, jul./dez.2005.

CAREGNATO, Sônia E. O Desenvolvimento de Habilidades Informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. **Revista de Biblioteconomia & Comunicação**, Porto Alegre, v.8, p.47-55, jan./dez. 2000.

DANNOS, Vera Regina L. Biblioteca do Colégio de Aplicação. **SBU Informa**, Porto Alegre, v.2, n.1, p.1-4, jan./mar.1994.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.32, n.1, p. 23-35, jan./abr.2003.

FIGUEIRÊDO, Maria da Penha Caetano. A Era da Informação e da Cidadania. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 7, n.1, p. 79-93, 1997.

FRANZOI, Naira Lisboa; ARENHALDT, Rafael; SANTOS, Simone Valdete dos. **Acontecendo o Currículo da Especialização/PROEJA/RS: diálogos de formação de nós para nós mesmos**. In: SANTOS, Simone Valdete dos et al. (ORG). Reflexões sobre a prática e a teoria PROEJA: produções da especialização PROEJA/RS. Porto Alegre: Evangraf Ltda, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GASKELL, George. Entrevistas Individuais e Grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIRALDO GIRALDO, Yicel Nayrobis; ROMÁN Betancur. **La biblioteca pública como ambiente educativo para la promoción de la ciudadanía infantil**. Medellín: Mundo libro, 2008.

GUINCHAT, Claire; MENO, Michel. **Introdução Geral às Ciências e Técnicas da Informação**. Brasília, DF: IBICT, 1994.

HAADAD, Sérgio. **Tendências Atuais na Educação de Jovens e Adultos**. Em Aberto, Brasília, DF, ano 11, n. 56, out./dez. 1992. Disponível em: <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/828/742>>. Acesso em: 19 jun.2009.

KELLER, L. Looking it up. 2000. Disponível em: <<http://cnn.com/2000/CAREER/trends/11/28/librarians>> Acesso em: 12 set.2009.

KUHLTHAU, Carol. **Como usar a biblioteca na escola: um programa de atividades para o ensino fundamental**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da informação**. 2.ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/livros, 2004.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MANZINI COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MILANESI, Luís. A Formação do Informador. **Informação & Informação**, Londrina, v.7, n.1, p. 07-40, jan./jun.2002.

Modelo Flexível para um Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares. Brasília: FEBAB, 1985.

MORIGI, Valdir José; VANZ, Samile Andréia de Souza; GALDINO, Karina. O Bibliotecário e suas práticas na construção da cidadania. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v.7, n.1, 2002.

MORIGI, Valdir José; VANZ, Samile Andréia de Souza; GALDINO, Karina. Cidadania, Novos Tempos, Novas Aprendizagens: novos profissionais? **Em Questão**: revista da faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, Porto Alegre, v.9, n.1, p.69-78, jan./jun. 2003.

MORIGI, Valdir José; RHODEN, Alvanir Maria. Cidadania e Comunicação: estratégias comunicacionais na veiculação de informações públicas em embalagens de cigarro. **ECOS Revista**, Pelotas, v. 10, n.2, jul./dez. 2006.

NEVES, Iara Conceição Bitencourt. **A Informação e a Formação da Consciência de Cidadania no Brasil**. In: Ciclo de conferências : abordagem pluridisciplinar da ciência da informação. Rio Grande, p.59-66.2001.

PACHECO, Graciema. Colégio de Aplicação: a busca da espontaneidade, da comunicação e da interação social criadora. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v.2, n.2, p.153-156, jul./dez.1987.

PASSERINO, Liliana Maria; MONTARDO, Sandra Portella. Inclusão social via acessibilidade digital: proposta de inclusão digital para Pessoas com Necessidades Especiais. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. **Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho "Tecnologias de**

Informação e de Comunicação”, do XI Colóquio Internacional sobre a Escola Latino Americana de Comunicação, na Universidade Católica de Pelotas. 2007, Pelotas. Disponível em:

< <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/144/145>>. Acesso em: 10 dez.2009.

QUINHÕES, Maura Esandola Tavares. Biblioteca escolar: sua importância e seu espaço no sistema educacional do Estado do Rio de Janeiro. In: VIANNA, Márcia Milton; CAMPELLO, Bernadete; MOURA, Victor Hugo Vieira. Biblioteca escolar: espaço de ação pedagógica. Belo Horizonte: EB/UFMG, 1999. p. 178-182.

Seminário promovido pela Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais e Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais, 1998, Belo Horizonte.

ROCHA, Marisa Perrone Campos. A Questão da cidadania na Sociedade da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.29, n.1, p. 40-45, jan./abr.2000.

SCHÜLZ, Liane Saenger. **Sótãos e Porões: sacudindo a poeira do Colégio de Aplicação.**1994. 137 f. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Curso de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, 1994.

SETZER, Valdemar W. Dado, Informação, Conhecimento e Competência. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação.** Rio de Janeiro, n.zero, dez.1999.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. Biblioteca Escolar: da gênese à gestão. In: AGUIAR, Vera Teixeira de et al. **Leitura em crise na escola: as alternativas do professor.** 5. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p. 134-145.

SILVA, Helena; JAMBEIRO, Othon; LIMA, Jussara; BRANDÃO, Marco Antônio. Inclusão digital e educação para a competência informacional : uma questão de ética e cidadania. **Ciência da informação.** Brasília, DF, v.34, n. 1, p. 28-36, jan. /abr.2005.

TARGINO, Maria das Graças. Biblioteconomia, Informação e Cidadania. **Revista da Escola de Biblioteconomia**, UFMG, Belo Horizonte, v. 20, n.2, p.149-160, jul./dez. 1991.

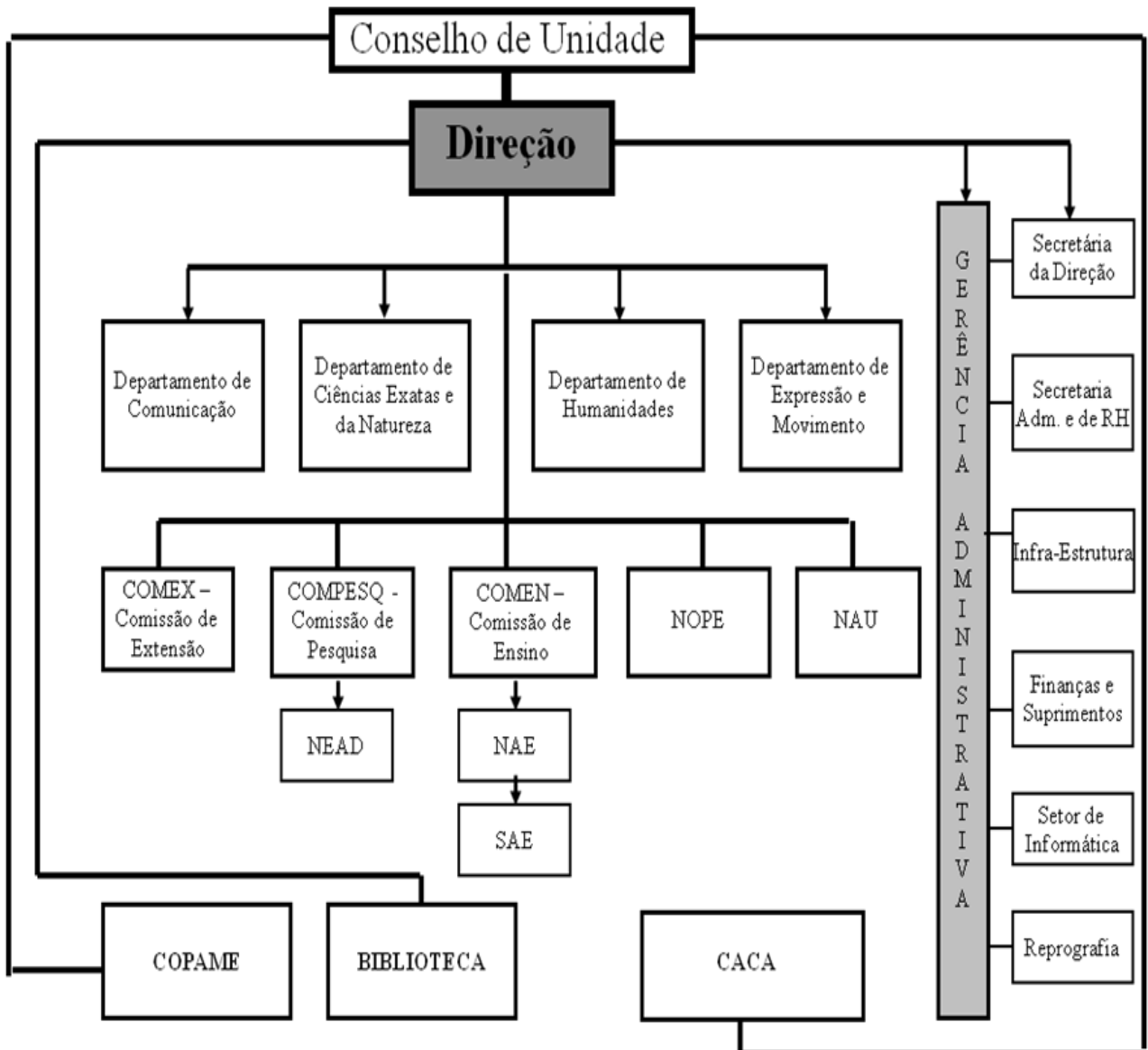
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Colégio de Aplicação. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.cap.ufrgs.br>>. Acesso em: 20 maio 2009.

VITORINO, Elizete Vieira. A Formação Contínua do Profissional da Informação: princípios epistemológicos à competência informacional. In: **IX ENANCIB** (Diversidade Cultural e Política da Informação), Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2008.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ANEXO 1

Organograma do Colégio de Aplicação da UFRGS



ANEXO 2

DECRETO Nº 5.840, DE 13 DE JULHO DE 2006

Institui no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 35 a 42 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no Decreto no 5.154, de 23 de julho de 2004, no art. 6o, inciso III, da Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, e no art. 54, inciso XV, da Lei no 8.906, de 4 de julho de 1994, DECRETA:

Art. 1o Fica instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, conforme as diretrizes estabelecidas neste Decreto.

§ 1o O PROEJA abrangerá os seguintes cursos e programas de educação profissional:

I - formação inicial e continuada de trabalhadores; e II - educação profissional técnica de nível médio.

§ 2o Os cursos e programas do PROEJA deverão considerar as características dos jovens e adultos atendidos, e poderão ser articulados:

I - ao ensino fundamental ou ao ensino médio, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, no caso da formação inicial e continuada de trabalhadores, nos termos do art. 3o, § 2o, do Decreto no 5.154, de 23 de julho de 2004; e

II - ao ensino médio, de forma integrada ou concomitante, nos termos do art. 4o, § 1o, incisos I e II, do Decreto no 5.154, de 2004.

§ 3o O PROEJA poderá ser adotado pelas instituições públicas dos sistemas de ensino estaduais e municipais e pelas entidades privadas nacionais de serviço de aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical ("Sistema S"), sem prejuízo do disposto no § 4o deste artigo.

§ 4o Os cursos e programas do PROEJA deverão ser oferecidos, em qualquer caso, a partir da construção prévia de projeto pedagógico integrado único, inclusive quando envolver articulações interinstitucionais ou intergovernamentais.

§ 5o Para os fins deste Decreto, a rede de instituições federais de educação profissional compreende a Universidade Federal Tecnológica do Paraná, os Centros Federais de Educação Tecnológica, as Escolas Técnicas Federais, as Escolas Agrotécnicas Federais, as Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II, sem prejuízo de outras instituições que venham a ser criadas.

Art. 2o As instituições federais de educação profissional deverão implantar cursos e programas regulares do PROEJA até o ano de 2007.

§ 1o As instituições referidas no caput disponibilizarão ao PROEJA, em 2006, no mínimo dez por cento do total das vagas de ingresso da instituição, tomando como referência o quantitativo de matrículas do ano anterior, ampliando essa oferta a partir do ano de 2007.

§ 2o A ampliação da oferta de que trata o § 1o deverá estar incluída no plano de desenvolvimento institucional da instituição federal de ensino.

Art. 3o Os cursos do PROEJA, destinados à formação inicial e continuada de trabalhadores, deverão contar com carga horária mínima de mil e quatrocentas horas, assegurando-se cumulativamente:

- I - a destinação de, no mínimo, mil e duzentas horas para formação geral; e
- II - a destinação de, no mínimo, duzentas horas para a formação profissional.

Art. 4o Os cursos de educação profissional técnica de nível médio do PROEJA deverão contar com carga horária mínima de duas mil e quatrocentas horas, assegurando-se cumulativamente:

- I - a destinação de, no mínimo, mil e duzentas horas para a formação geral;
- II - a carga horária mínima estabelecida para a respectiva habilitação profissional técnica;
- III - a observância às diretrizes curriculares nacionais e demais atos normativos do Conselho Nacional de Educação para a educação profissional técnica de nível médio, para o ensino fundamental, para o ensino médio e para a educação de jovens e adultos.

Art. 5o As instituições de ensino ofertantes de cursos e programas do PROEJA serão responsáveis pela estruturação dos cursos oferecidos e pela expedição de certificados e diplomas.

Parágrafo único. As áreas profissionais escolhidas para a estruturação dos cursos serão, preferencialmente, as que maior sintonia guardarem com as demandas de nível local e regional, de forma a contribuir com o fortalecimento das estratégias de desenvolvimento socioeconômico e cultural.

Art. 6o O aluno que demonstrar a qualquer tempo aproveitamento no curso de educação profissional técnica de nível médio, no âmbito do PROEJA, fará jus à obtenção do correspondente diploma, com validade nacional, tanto para fins de habilitação na respectiva área profissional, quanto para atestar a conclusão do ensino médio, possibilitando o prosseguimento de estudos em nível superior.

Parágrafo único. Todos os cursos e programas do PROEJA devem prever a possibilidade de conclusão, a qualquer tempo, desde que demonstrado aproveitamento e atingidos os objetivos desse nível de ensino, mediante avaliação e reconhecimento por parte da respectiva instituição de ensino.

Art. 7o As instituições ofertantes de cursos e programas do PROEJA poderão aferir e reconhecer, mediante avaliação individual, conhecimentos e habilidades obtidos em processos formativos extraescolares.

Art. 8º Os diplomas de cursos técnicos de nível médio desenvolvidos no âmbito do PROEJA terão validade nacional, conforme a legislação aplicável.

Art. 9º O acompanhamento e o controle social da implementação nacional do PROEJA será exercido por comitê nacional, com função consultiva.

Parágrafo único. A composição, as atribuições e o regimento do comitê de que trata o caput deste artigo serão definidos conjuntamente pelos Ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego.

Art. 10. O § 2º do art. 28 do Decreto no 5.773, de 9 de maio de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º A criação de cursos de graduação em direito e em medicina, odontologia e psicologia, inclusive em universidades e centros universitários, deverá ser submetida, respectivamente, à manifestação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil ou do Conselho Nacional de Saúde, previamente à autorização pelo Ministério da Educação.” (NR)

Art. 11. Fica revogado o Decreto no 5.478, de 24 de junho de 2005

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de julho de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 14.7.2006

APÊNDICE 1

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

ENTREVISTA

Prezado(a) aluno(a):

Esta entrevista tem como finalidade principal identificar o perfil e as necessidades de informação dos alunos da EJA e analisar o uso que fazem da Biblioteca da Escola. Os dados obtidos a partir desta entrevista serão utilizados apenas para a finalidade desta pesquisa. Nenhum dos alunos questionados será identificado individualmente.

Agradecemos sua colaboração.

1) Dados gerais

a) Sexo:

feminino masculino

b) Em que etapa da EJA você se encontra?

Alfabetização EM2
 EF3 EM3
 EF4 EM1

c) Qual a sua idade?

15 a 25 anos 31 a 50 anos
 26 a 30 anos mais de 50 anos

2) Até que ano escolar você estudou e porque não concluiu os estudos?

3) O que levou você a retomar seus estudos?

4) O que mudou na sua vida depois que você retomou seus estudos?

- 5) Como você localiza o material que procura na biblioteca?**
- 6) Como você aprendeu a procurar o que necessita na biblioteca?**
- 7) Na sua opinião a biblioteca supre suas necessidades de informação?**
- 8) Quando você necessita de informação, por exemplo, sobre saúde, educação, cultura, lazer, política... onde e como você busca esta informação?**
- 9) De que forma você avalia a informação que tem acesso? Como você a utiliza?**
- 10) O que é a biblioteca para você?**
- 11) Na sua opinião, o que a biblioteca poderia fazer para melhorar seus serviços?**

Obrigada pela sua colaboração!